

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE JORNALISMO
PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A urbanização da
capital catarinense:
uma exigência do
governo militar**

Cassiano Kieling Sebold Barros Rolim
Florianópolis, agosto de 2000

1. EMENTA

1.1 Título do projeto

A urbanização da capital catarinense: uma exigência do governo militar

1.2 Natureza do projeto

Grande reportagem

1.3 Aluno responsável

Cassiano Kieling Sebold Barros Rolim

1.4 Suporte do projeto

Vídeo

1.5 Sumário

A investigação do que motivou as grandes obras de transformação do espaço urbano de Florianópolis, realizadas no governo de Colombo Salles, engenheiro indicado pelo general Emílio Médici para comandar Santa Catarina, de 1971 a 1975.

1.6 Instituições envolvidas

Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Pública Estadual, Arquivo Público de Santa Catarina, Centro Integrado de Cultura, Biblioteca do Congresso Nacional.

1.7 Semestre programado para realização

Segundo semestre do ano 2000.

1.8 Custos

R\$ 800,00

1.9 Professor orientador

Nilson Lemos Lage

Termo de Compromisso

Eu, Nilson Lemos Lage, aceito orientar o Trabalho de Conclusão “A urbanização da capital catarinense: uma exigência do governo militar”, do aluno Cassiano Kieling Sebold Barros Rolim.



Nilson Lemos Lage

2. INTRODUÇÃO

Dentre as capitais brasileiras, Florianópolis foi a que teve desenvolvimento urbano mais tardio. O município nasceu como vila, no século dezoito, e em pouco tempo passou a centro administrativo do Estado, porém, manteve as características de cidade pequena.

No que se refere à população, a cidade não fugia à regra dos outros municípios catarinenses. No fim da década de 50, tinha apenas 75 mil habitantes, um número modesto, mas que já lhe valia a condição de maior do Estado. O município era seguido por Joinville, que contava com 53 mil pessoas, cerca de um décimo da população atual.

Para completar o quadro, Florianópolis era a capital de um estado eminentemente rural, característica confirmada pelo censo demográfico. Em 1940, a população urbana de Santa Catarina era de apenas 21,53% do total. Esse percentual pouco mudou, crescendo para 23,24%, em 1950, e atingindo 32,39%, em 1960. Tratava-se de uma peculiaridade regional, que antecipava o atual sistema agrícola de pequenas propriedades.

A visão de Florianópolis como lugar provinciano não escapava aos olhos de viajantes e migrantes de outros lugares do País, como o geógrafo e historiador fluminense Paulo Fernando Lago, que se transferiu para a cidade em 1958. “Florianópolis ligava-se precariamente com o continente pela única ponte, ainda com piso de madeira, com pregos que saltavam das tábuas”, descreve o pesquisador no livro *Santa Catarina: A Transformação dos Espaços Geográficos*.

Por conta da influência política de cidadãos de famílias tradicionais, desejosos de mudanças para a Capital, e de investimentos com objetivos estratégicos de

desenvolvimento regional dos governos federal e estadual, nos anos seguintes o que se veria seria uma transformação acelerada da cidade, uma verdadeira *gestão modernizadora*. A década de 60 foi marcada pela construção de centros de ensino, pesquisa e extensão e a vinda de novos recursos humanos, “uma transformação intimamente ligada com o atributo de centro de decisões políticas e administrativas do Estado”, define o escritor Paulo Lago.

“Os anos que se seguiram, mostrando um Brasil no caminho do governo centralizador e fortemente intervencionista, mostrariam, também, o rumo de governos estaduais concentradores de atividades e se afirmando como instituição gigantesca e tentacular. A capital de uma unidade do país receberia, mais do que outras cidades, impulsos dessa tendência. Do ponto de vista do crescimento urbano, significaria expansão de repartições públicas nos três níveis governamentais, aumento volumoso de pessoal ligado aos serviços administrativos, de defesa e culturais.”

Na onda de urbanização e crescimento da Capital, teve maior destaque o período que compreende o início dos 70. No ano de 1971 assumia o governo estadual um engenheiro, nascido em Florianópolis, que contribuiu com uma das maiores reformas que se viu numa capital brasileira.

Colombo Machado Salles trouxe idéias ousadas para a sua gestão, dentro da estratégia de desenvolvimento da ditadura, algo considerado por algumas pessoas como uma face positiva do governo militar – o projeto nacional. O governador de Santa Catarina nada mais teria feito do que seguir a nova ordem e regionalizado o Plano de Metas e Bases do general Emílio Garrastazu Médici, criando o Projeto Catarinense de Desenvolvimento.

Contudo, Florianópolis foi altamente beneficiada, com uma série de melhorias. Até o fim do governo, em 1975, Colombo deu início a diversos projetos de transformação do espaço urbano da cidade, de modo que ela se tornou a capital mais moderna do Brasil, tendo sofrido mudanças profundas numa estrutura que já existia. O governador deu início à construção de uma nova ponte ligando Ilha e o continente, e aterrou uma área fantástica de mar, com o objetivo de modernizar o espaço urbano e melhorar o sistema viário da cidade.

O presente trabalho pretende apresentar o processo de urbanização da Capital, investigando o que o motivou, dentro do contexto da ditadura militar. A escolha do tema deve-se ao interesse pelo período histórico nacional e pela pesquisa histórica, que despertam fascínio especial no proponente.

3. PROBLEMA

A Ilha de Santa Catarina só aparece efetivamente como aspirante a metrópole estadual a partir da década de 70, na gestão do governador Colombo Sales. Diante do crescimento urbano de 85% entre 1960 e 1970, o engenheiro propõe, através do Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), um plano de expansão, basicamente, das estradas e do sistema de saneamento das cidades. As metas para essas áreas são expostas numa revista institucional que circula em 1974, onde Colombo expõe as metas do governo.

Numa perspectiva otimista para a área de transportes, o governador prevê a inauguração da ponte Colombo Sales, ligando Ilha e continente, no início de 1975, e a implantação de 853,5 km de estradas, “correspondendo a 66% da meta do PCD, dos quais 574,5 km já se acham implantados”. Também seriam pavimentados “457 km de estradas, atingindo-se 63% das obras previamente programadas, das quais 270,5 km já se acham pavimentados”. Ainda pelo plano de melhoria dos transportes, no início de 1975 seria concluído o projeto de urbanização do aterro da Baía Sul.

Dos 69.200 km de rodovias do Estado, para se ter uma idéia, somente 1.600 km eram pavimentados (25% estaduais, 74% federais). Havia outros 67.540 km de estradas definidas como “silico-argilosas”, ou seja, de barro (9% estaduais, 1% federal, 90% municipais).

No saneamento básico a situação também não era das melhores, e por isso foi organizada a Companhia de Saneamento de Santa Catarina, além de ser criado o fundo de água e esgoto (FAESC) para a contratação de projetos de abastecimento de água para 134 cidades catarinenses. A Capital não ficou de fora, e foi alvo de um projeto executivo de esgoto sanitário.

A revista oficial apresenta ainda números que dão a dimensão estadual da época. Santa Catarina respondia por 77% da produção nacional de carvão mineral, e tinha 3 milhões e duzentos mil habitantes espalhados em 197 municípios. A renda per capita estimada era de US\$ 514,00, e a população contava com 31 mil telefones instalados, número que se prometia elevar até 85.500 em 1975, e que era de 17 mil em 1971.

A população crescia no mesmo ritmo em que a economia brasileira prosperava. O crescimento populacional foi 3,20% ao ano entre 1970 e 1974, e de 6,34% o da população urbana. A economia catarinense registrava uma marca recorde entre 1972 e 1973, crescendo 16,90%, quase 8% a mais do que a nacional. Havia expansão do emprego, em vez de desemprego. O número de vagas criadas subiu 13,6% entre 1970 e 1974.

Esses dados representam o período de euforia que vivia Santa Catarina no auge da ditadura militar, a mesma que, por outro lado, restringia a liberdade de expressão. É no clima do milagre econômico que Colombo Sales consegue implantar o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, depois da aprovação do orçamento plurianual de investimento na Assembléia Legislativa (Lei 4.574, de 29/06/71).

Mas a história era diferente quando chegou ao Estado o geógrafo e historiador Paulo Lago. O sentimento era de que a Capital representava mal Santa Catarina.

A falta de estrutura da cidade tornara-se motivo de chacota, para desespero de representantes de famílias tradicionais que defendiam uma rápida urbanização. “Era corrente nesses tempos, mas entre os florianopolitanos brincalhões, a depreciativa piada que aludia ter Santa Catarina três capitais: a cultural, Porto Alegre, a econômica, Curitiba, e Florianópolis, que não servia para nada”. Era a insinuação

do que “mais tarde o meu amigo urbanista Luís Felipe da Gama d’Eça se referia como ‘frustração geopolítica’ do catarinense, cujo Estado não possuía uma cidade metropolitana que simbolizasse a dimensão do seu poder.”

Foi a partir da vinda para a cidade, para dar aulas na recém criada Faculdade Catarinense de Filosofia, que o escritor entendeu melhor a realidade local. Formado em história e geografia na antiga Universidade do Brasil, que deu origem à Universidade Federal do Rio de Janeiro, e estagiário do então Conselho Nacional de Geografia, Paulo começou a interessar-se por Santa Catarina quando o “planejador” catarinense Vítor Peluso Júnior recrutava geógrafos do conselho para a elaboração de estudos promovidos pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. O objetivo da comissão era “subsidiar futuras ações públicas em infra-estrutura” para explorar o potencial hidráulico da bacia, dentro da estratégia de industrialização e urbanização do Sul e do Sudeste do País, além da consolidação da região como complexo de produção alimentar.

Florianópolis era um ponto importante para concentrar a ação desenvolvimentista, planejada pelo governo militar, para Santa Catarina. No entanto, foram tímidas as primeiras mudanças para que o município se caracterizasse como extensão da União. Iniciaram a partir da década de 60, com o lento processo de transformação da Capital em sede de projetos governamentais. As faculdades existentes foram federalizadas, surgindo a Universidade Federal de Santa Catarina, e a UDESC, do governo estadual. Entretanto, as maiores transformações, mesmo, aconteceram no decênio seguinte – o período que será retratado neste trabalho.

4. OBJETIVOS

Gerais

- Pesquisar o desenvolvimento urbano e de realização das grandes obras de Florianópolis, dentro do momento histórico da ditadura militar, fato que é ignorado por boa parte da população.

Específicos

- Apresentar o tema através de uma grande reportagem em vídeo, trazendo à tona fatos e histórias dos bastidores que tornem mais clara a compreensão do período.
- Contribuir para uma melhor informação das pessoas, de modo que formem opinião sobre o assunto, a partir da apresentação dos dados apurados.
- Aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas do curso na transmissão das informações da época e em sua contextualização com os dias atuais.
- Aproveitar eventuais dificuldades que surgirem no decorrer da execução do projeto para ganhar versatilidade no trabalho de produção de vídeo jornalístico e na profissão.

5.METODOLOGIA

A grande reportagem será produzida a partir de entrevistas com personagens da época e de duas pesquisas básicas, a iconográfica e a bibliográfica.

No arquivo do jornal O Estado, o mais importante de Florianópolis nos anos 70, será feita pesquisa de informações e de imagens.

O Museu da Imagem e do Som do Centro Integrado de Cultura, na Capital, deve entrar com imagens históricas do período. Isso vale também para a Biblioteca do Congresso Nacional, fonte rica em imagens do período, e outros centros de documentação.

Outra fonte importante serão as fotografias do arquivo pessoal dos entrevistados, como o ex-governador Colombo Sales e o pesquisador Paulo Lago.

O objetivo é reunir o maior número possível de imagens que ilustrem o período, o que se faz necessário porque a história vai ser contada em vídeo.

As informações sobre atos políticos serão obtidas dos jornais, através de visitas ao Arquivo Público de Santa Catarina e de entrevistas.

Nas entrevistas com o ex-governador, a idéia é saber como surgiu o Projeto Catarinense de Desenvolvimento e que implicações ele teve sobre adversários políticos e a população em geral. Serão abordados os temas referentes ao período político que vivia Santa Catarina e o País, além de se extrair detalhes da execução do projeto.

O professor Paulo Lago deve ajudar a explicar o período, na condição de “testemunha ocular” da história. Os principais acontecimentos e as personagens serão informações úteis sobre as quais ele pode discorrer.

Também serão feitas entrevistas com moradores antigos da Capital, que presenciaram as mudanças e as grandes construções. O objetivo é repercutir com as pessoas fatos como o mau uso do aterro da Baía Sul, que originalmente era um parque, projetado pelo paisagista Burle Marx, e a importância dentro do cotidiano da cidade da ponte Colombo Sales.

Com jornalistas da época, obter informações sobre o que pensava a imprensa sobre as grandes obras e de que modo ela abordava o assunto.

Através de arquitetos, urbanistas e geógrafos especializados em espaço urbano, será possível entender como foram feitos os projetos e como eles deveriam ter sido feitos, no caso de conterem equívocos. Um exemplo é de que na época não era preciso estudo sobre impacto ambiental da obra para iniciá-la.

Por fim, pesquisadores de ciência política da universidade podem explicar o significado político das realizações do governo Colombo Sales.

6. JUSTIFICATIVA

Uma das primeiras lições, e talvez um “desfavor” que se faz aos historiadores, que é transmitida a quem se propõe a estudar a História, é que ela é escrita, na maior parte das vezes, de acordo com a versão dos vencedores.

Mas há acontecimentos que são de natureza mais complexa, onde não é possível distinguir mocinhos de bandidos. Investigar o que está por trás de atitudes coletivas ou individuais, públicas ou particulares, esmiuçando o caráter das personagens, dos sujeitos dessas ações, são atribuições do jornalista.

Mais do que isso, o jornalista aprende a associar um fato a outro, uma declaração aparentemente fora de contexto ao que verdadeiramente aconteceu. Apresentar ao público as conclusões sobre o assunto é um jeito de contribuir para a democracia, permitindo o acesso das pessoas à informação, algo que as ajude a se posicionar diante da História.

Esse é um dos motivos que levaram à escolha do tema sobre a transformação do espaço urbano de Florianópolis, e a ligação com as diretrizes da ditadura militar. A idéia é que o que a princípio surgiu como hipótese, ou especulação, possa ser confirmado ou refutado, ao longo da pesquisa.

7. CRONOGRAMA

Julho

- Pesquisa inicial sobre o assunto a ser abordado, com visitas ao Arquivo Público de Santa Catarina.

Agosto

- Primeiro contato com o pesquisador Paulo Lago, no lançamento do livro *Santa Catarina: A Transformação dos Espaços Geográficos*.

Segunda quinzena:

- Apuração de imagens e informações no arquivo do jornal O Estado, no Saco Grande, em Florianópolis, e no Arquivo Público.
- Marcação de entrevistas com personagens da grande reportagem.

Setembro

- Visitas aos principais pontos de locação.
- Gravação das entrevistas.

Outubro

- Gravação das entrevistas.
- Edição do material.

Novembro

- Gravação das entrevistas.
- Edição do material.

8. RECURSOS

Deslocamento para locais de pesquisa, entrevista e gravação durante três meses
..... R\$ 100,00

Pagamento de serviço de cinegrafista profissional, num total de 30 dias distribuídos
em dois meses R\$ 300,00

Compra de fitas para câmera..... R\$ 50,00

Viagem de avião a Brasília R\$ 250,00

Despesas de viagem..... R\$ 100,00

9. BIBLIOGRAFIA

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: A Transformação dos Espaços Geográficos*. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000, p. 16 – 31.

_____, _____. *Projeto Catarinense de Desenvolvimento*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1974.